

MEDIDA CAUTELAR EM MANDADO DE SEGURANÇA 33.827 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
IMPTE.(S) : JOSÉ MARIA LOPES IESS
ADV.(A/S) : JOSÉ CARLOS MADRONA
IMPDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA ATO DO EMINENTE SENHOR DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APLICABILIDADE DO ART. 21, VI, DA LOMAN. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988. MANDADO DE SEGURANÇA NÃO CONHECIDO.

– O Supremo Tribunal Federal não dispõe de competência originária para processar e julgar mandado de segurança impetrado contra Tribunais de Justiça estaduais. Súmulas 330/STF e 624/STF. Precedentes.

– A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – que já proclamou a plena recepção do art. 21, VI, da LOMAN, pela Constituição de 1988 (RTJ 133/633) – tem enfatizado assistir aos próprios Tribunais

competência para, em sede originária, processar e julgar os mandados de segurança impetrados contra seus atos, omissões ou decisões, inclusive quando imputados estes aos membros que os compõem. Precedentes.

DECISÃO: Trata-se de mandado de segurança, com pedido de medida liminar, impetrado contra ato do eminente Senhor Desembargador-Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Impõe-se reconhecer, desde logo, a evidente falta de competência do Supremo Tribunal Federal para, em sede originária, processar e julgar este mandado de segurança.

Na realidade, não há como dar trânsito, nesta Corte, à presente ação mandamental, eis que a causa em questão não se subsume a qualquer das hipóteses taxativamente enunciadas no rol inscrito no art. 102, I, da Carta Política.

A jurisprudência desta Corte Suprema, em sucessivas decisões, hoje consubstanciadas na Súmula 624/STF (e, também, na Súmula 330/STF), firmou-se no sentido de reconhecer que o Supremo Tribunal Federal não dispõe de competência originária para apreciar mandado de segurança, quando deduzido em face de atos emanados do **Tribunal Superior do Trabalho (MS 21.553/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.), ou do Tribunal Superior Eleitoral (MS 21.447/PE, Rel. Min. CELSO DE MELLO – MS 22.797/SP, Rel. Min. SYDNEY SANCHES), ou do Superior Tribunal Militar (MS 21.757/PA, Rel. Min. CELSO DE MELLO), ou do Superior Tribunal de Justiça (RTJ 132/706, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO – RTJ 157/541, Rel. Min. CELSO DE**

MS 33827 MC / SP

MELLO – MS 21.309-AgR/DF, Rel. Min. PAULO BROSSARD), ou, ainda, dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal (MS 21.658/MG, Rel. Min. CELSO DE MELLO – MS 23.771/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO – Súmula 330/STF).

Não se pode perder de perspectiva, neste ponto, que a competência originária do Supremo Tribunal Federal, por qualificar-se como um complexo de atribuições jurisdicionais de extração essencialmente constitucional – e ante o regime de direito estrito a que se acha submetida –, não comporta a possibilidade de ser estendida a situações que extravasem os rígidos limites fixados em “*numerus clausus*” pelo rol exaustivo inscrito no art. 102, I, da Carta Política, consoante adverte a doutrina (MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, “Comentários à Constituição Brasileira de 1988”, vol. 2/217, 1992, Saraiva) e proclama a jurisprudência desta própria Corte (RTJ 43/129 – RTJ 44/563 – RTJ 50/72 – RTJ 53/776 – RTJ 159/28).

A “*ratio*” subjacente a esse entendimento, que acentua o caráter absolutamente estrito da competência constitucional do Supremo Tribunal Federal, vincula-se à necessidade de inibir indevidas ampliações descaracterizadoras da esfera de atribuições institucionais desta Suprema Corte, conforme ressaltou, a propósito do tema em questão, em voto vencedor, o saudoso Ministro ADALÍCIO NOGUEIRA (RTJ 39/56-59, 57).

O que se mostra processualmente relevante, sob perspectiva de ordem estritamente constitucional, é que o Supremo Tribunal Federal, tendo em vista a regra inscrita no art. 102, I, “*d*”, da Constituição, não dispõe de competência originária para processar e julgar mandados de segurança impetrados contra qualquer Tribunal judiciário (MS 22.041-AgR/BA, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*):

“– O Supremo Tribunal Federal não dispõe de competência originária para processar e julgar mandado de segurança

impetrado contra outros Tribunais judiciais, ainda que se trate dos Tribunais Superiores da União (TSE, STJ, STM e TST).
Precedentes.

.....
– O ajuizamento do mandado de segurança, ainda que perante órgão judiciário absolutamente incompetente, e desde que impetrado dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias a que alude o art. 18 da Lei nº 1.533/51, impede que se consume a decadência do direito de requerer o ‘writ’ mandamental. É que este, bem ou mal, consoante reconhece a jurisprudência dos Tribunais (RT 494/164), notadamente a desta Suprema Corte (RTJ 52/208 – RTJ 60/865 – RTJ 138/110 – RTJ 140/345, v.g.), terá sido ajuizado ‘oportuno tempore’.”

(MS 26.006-AgR/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

Por isso mesmo, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao proclamar a plena recepção, pela nova ordem constitucional, do art. 21, VI, da LOMAN (RTJ 133/260, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – RTJ 133/633, Rel. Min. PAULO BROSSARD – RTJ 151/482, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), tem reafirmado a competência dos próprios Tribunais para processar e julgar, em sede originária, os mandados de segurança impetrados contra seus atos e omissões ou, ainda, como na espécie, contra aqueles emanados de seus respectivos Presidentes, Vice-Presidentes e Juizes.

Assim sendo, refoge ao estrito âmbito das atribuições jurisdicionais da Suprema Corte a apreciação do “writ” mandamental, quando impetrado, como no caso, contra decisão emanada do eminente Senhor Desembargador-Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A inviabilidade da presente ação de mandado de segurança, em decorrência da razão ora mencionada, impõe, ainda, uma observação final: no desempenho dos poderes processuais de que dispõe, assiste ao

Ministro Relator (**ou** a quem estiver no exercício da Presidência da Corte) **competência plena** para exercer, *monocraticamente*, o controle **das ações**, pedidos ou recursos dirigidos ao Supremo Tribunal Federal, **legitimando-se**, *em consequência*, os atos decisórios que, nessa condição, venha a praticar.

Cumpr *acentuar, neste ponto, que o Pleno* do Supremo Tribunal Federal **reconheceu a inteira validade constitucional** da norma legal **que inclui**, na esfera de atribuições do Relator, a competência **para negar trânsito, em decisão monocrática**, a recursos, pedidos **ou ações** quando incabíveis, **estranhos à competência desta Corte**, intempestivos, sem objeto **ou** que veiculem pretensão incompatível com a jurisprudência predominante do Tribunal (**RTJ** 139/53 – **RTJ** 168/174-175).

Nem se alegue que esse preceito legal implicaria transgressão ao **princípio da colegialidade**, eis que o postulado em questão **sempre** restará preservado **ante a possibilidade** de submissão da decisão singular ao **controle recursal** dos órgãos colegiados no âmbito do Supremo Tribunal Federal, **consoante** esta Corte tem **reiteradamente** proclamado (**RTJ** 181/1133-1134, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **AI** 159.892-AgR/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

Sendo assim, *em face das razões expostas*, **e com fundamento** nos poderes processuais **outorgados** ao Relator da causa, **não conheço** da presente ação de mandado de segurança, **restando prejudicado**, *em consequência*, **o exame** do pedido de medida liminar.

2. **Tendo em consideração** a revisão jurisprudencial procedida por esta Suprema Corte (**MS** 25.087-ED/SP, Rel. Min. AYRES BRITTO – **MS** 26.006-AgR/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **MS** 26.244-AgR/DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE), **encaminhem-se** os presentes autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (LOMAN, art. 21, VI).

3. **Defiro** o pretendido benefício de gratuidade, **tendo em vista a afirmação** feita pela parte impetrante nos termos **e** para os fins **a que se refere** o art. 4º da Lei nº 1.060/50, **na redação dada** pela Lei nº 7.510/86, **c/c** o art. 21, XIX, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator